

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS, CONQUISTAS E DESAFIOS NO PÓS LEI 11.645/2008

Organizadores:

*Éder da Silva Novak (UFGD)
Isabel Cristina Rodrigues (UEM)
Luisa Tombini Wittmann (UDESC)*

É com satisfação e alegria que apresentamos o Dossiê Ensino de História e Cultura Indígena nas escolas: transformações e permanências, conquistas e desafios no pós Lei 11.645/2008. Neste número da Revista História em Reflexão, reunimos estudos de pesquisadores(as) doutores(as), doutorandos(as), mestres(as) e intelectuais indígenas que analisam o ensino de História e Cultura Indígena desde a promulgação da Lei 11.645/2008.

As autoras e autores nos brindam com análises de suas experiências de ensino e pesquisa das Histórias e Culturas Indígenas, que apontam transformações e permanências a partir da Lei, nos marcos legais da legislação da política educacional brasileira, como nas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de docentes para a Educação Básica (DCNs), nos projetos pedagógicos de cursos de graduação/licenciatura em História (PPCs), nas diretrizes estaduais para a educação básica para a área de história (DCEs), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e nos materiais didáticos. Por diferentes abordagens teórico-metodológicas, problematizando e evidenciando as conquistas e os desafios na trajetória do ensino de Histórias e Culturas Indígenas, os artigos são consensuais no destaque dos povos indígenas como protagonistas de suas próprias histórias, bem como da história do Brasil, e, fundamentalmente, como partícipes e produtores de conhecimento histórico.

O reconhecimento da defesa da tese do protagonismo indígena, sem dúvida nenhuma, evidencia a necessidade cada vez mais premente e imprescindível do

restabelecimento de fato e de direito, do lugar que, historicamente e na produção historiográfica até muito recentemente (final da década de 1970, início da de 1980), foi negado aos povos indígenas, ao longo dos diferentes contextos históricos, antes e pós-contato com os povos estrangeiros. Nesse processo negacionista, a presença e participação dos indígenas foi apagada. Assim, não é possível falar de reconhecimento de um povo sem que sua história e sua participação como sujeitos na e da história seja conhecida.

Nessa premissa reside a importância dos artigos publicados, que reúnem pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões brasileiras, que explicitam uma multiplicidade de sujeitos históricos e sociais, suas experiências e suas diferentes lógicas e concepções de mundo; assim como coletam, registram e analisam dados estatísticos quantitativos, qualitativos, problematizam e desconstruem conceitos estereotipados, formando um conjunto importante que demonstra o quanto mudanças têm sido feitas e alcançadas nesta curta, mas valiosa e vigorosa trajetória de existência da obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas no Brasil, desde a promulgação da Lei Federal 11.645/2008.